



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Comentários à Prova de Direito Processual Civil

TRF da 2ª Região

CONSULPLAN

provas em 13/3/2017

Segue, abaixo, comentário das questões de Direito Processual Civil aplicados nas provas do TRF da 2ª Região.

Antes de analisar as questões, convido você a curtir nossa página dedicada exclusivamente ao estudo de Direito Processual Civil. Temos questões, vídeos, resumos, provas comentadas e esquemas. Curta lá!

<https://www.facebook.com/dpcparaconcursos/>

Questão 19 – TRF2ª Região – AJOAF – 2017

"Sérgio, rico empresário, possui diversas propriedades rurais no interior do Mato Grosso do Sul utilizadas para cultivo de soja transgênica. Reside, contudo, em bairro da zona nobre do Estado de São Paulo, de onde administra seus negócios. No fim do ano, em viagem para uma de suas fazendas, constata que um grupo de ruralistas sem-terra invadira sua propriedade alegando se tratar de propriedade improdutiva e pugnando pela desapropriação da área para fins de reforma agrária. Sérgio é informado que os mesmos estavam ocupando o local há, aproximadamente, três meses."

Com base no caso hipotético narrado, assinale a alternativa correta.

A) Sérgio poderá optar entre propor a respectiva ação possessória no Estado do Mato Grosso do Sul, foro de situação da coisa, ou no local de seu domicílio, qual seja, o Estado de São Paulo.

B) Diante do grande número de pessoas que figuram no polo passivo da demanda possessória de reintegração ajuizada por Sérgio, os ocupantes que forem encontrados no local deverão ser prioritariamente citados por edital.

C) Diante dos princípios da ampla defesa e da não surpresa que regem o ordenamento processual vigente, ainda que a petição inicial esteja documentalmente instruída, o Código de Processo Civil de 2015 veda peremptoriamente o deferimento, sem prévia oitiva dos réus, de mandado liminar de reintegração de posse em favor de Sérgio.

D) *Tratando-se de litígio coletivo pela posse de terra rural, O Ministério Público será intimado para, no prazo de trinta dias, intervir como fiscal da ordem jurídica, hipótese em que terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo, bem como poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.*

Comentários

Dois são os conteúdos necessários para responder à questão: competência para ação possessória imobiliária e regras gerais sobre a ação possessória coletiva.

Do enunciado extraímos que Sérgio teve propriedade esbulhada no estado do Mato Grosso do Sul, muito embora resida no estado de São Paulo.

Em relação a ações possessórias, e que discutem, portanto, imóvel, devem observar a regra específica estabelecida no art. 47, do NCPC, que pode ser assim esquematizada:



Assim, Sérgio deve ajuizar ação no estado do Mato Grosso, no foro de situação da coisa, por se tratar de ação possessória imobiliária.

Desse modo, a **alternativa A** está incorreta por prevê a possibilidade de opção de foro, o que não é admissível.

Nas alternativas B, C e D cobra-se a questão das ações possessórias coletivas.

A **alternativa B** está incorreta, pois no caso de ação possessória coletiva, de acordo com o que preveem os §§ do art. 554, do NCPC, a citação deve ocorrer preferencialmente na forma pessoal. A citação por edital ocorrerá apenas quando os ocupantes não forem encontrados no local!

A **alternativa C** também está incorreta. O procedimento especial estabelecido nas ações possessórias permite, no caso de "força nova" a concessão de tutela de evidência caso esteja suficientemente instruída. Nesse caso, a decisão poderá ser tanto *in limine* como mediante justificativa. Por outro lado, se superior a esse período, aplicamos o art. 565, do NCPC, regra visando à autocomposição.

A **alternativa D** é a correta e gabarito da questão. O art. 565, §2º, do NCPC prevê a necessidade de o Ministério Público ser intimado para participar da

audiência de conciliação e mediação em ações coletivas possessórias. Contudo, não podemos esquecer da regra do art. 179, III, do NCPC, que prevê que o membro do Ministério Público quando atuar como fiscal da ordem jurídica, será intimado para, no prazo de 30 dias, intervir no processo quando houver “litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana”.

Questão 20 – TRF2ª Região – AJOAF – 2017

O Novo Código de Processo Civil de 2015 (Lei Federal nº 13.105) prestigia, em diversas passagens, os métodos alternativos de solução de conflitos como forma de entregar aos cidadãos uma prestação jurisdicional mais célere e que melhor atenda os interesses das partes em conflito, buscando-se, com isso, a pacificação social e a maior efetividade das decisões estatais. No que tange às disposições processuais que regem os conciliadores e mediadores judiciais, assinale a alternativa correta.

- A) As partes podem escolher, de comum acordo, o conciliador ou o mediador, ainda que este não esteja cadastrado no tribunal onde tramita o processo.*
- B) A conciliação e a mediação são informadas pelo princípio da publicidade, devendo ser publicadas todas as informações produzidas no curso do procedimento.*
- C) Os conciliadores e mediadores judiciais devidamente cadastrados, se advogados, poderão continuar exercendo a advocacia nos juízos em que desempenham suas funções.*
- D) Eventuais conflitos no âmbito administrativo que envolvam órgãos e entidades da administração pública não estão sujeitos aos mecanismos de solução consensual de conflitos previstos no Código de Processo Civil de 2015.*

Comentário

Em relação à disciplina dos conciliadores e mediadores, entre os auxiliares da Justiça, devemos ficar atentos aos arts. 165 a 175, do NCPC. Com base nesse dispositivo, vamos analisar cada uma das alternativas.

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. De acordo com o art. 168, *caput* e §1º, do NCPC, *as partes podem escolher, de comum acordo, o conciliador, o mediador ou a câmara privada de conciliação e de mediação*. Além disso, está previsto que o *conciliador ou mediador escolhido pelas partes poderá ou não estar cadastrado no tribunal*.

A **alternativa B** está incorreta. Ao contrário do afirmado, são princípios informadores da atuação desses auxiliares:

- ↔ independência;
- ↔ imparcialidade;
- ↔ autonomia da vontade;
- ↔ confidencialidade;
- ↔ oralidade;

- ↪ informalidade;
- ↪ decisão informada.

Note que não consta do rol acima previsão sobre o “princípio da publicidade”. Pelo contrário, há regra expressa prevendo a confidencialidade, que se estende a todas as informações produzidas no processo.

A **alternativa C** também está incorreta, pois veda-se a advocacia do mediador ou do conciliador perante o juízo em que atua. A regra do §5º do art. 167, do NCPC:

§ 5º Os conciliadores e mediadores judiciais cadastrados na forma do caput, se advogados, estarão impedidos de exercer a advocacia nos juízos em que desempenhem suas funções.

Por fim, a **alternativa D** está igualmente incorreta, pois o art. 174 prevê expressamente a criação de câmaras de mediação e de conciliação na esfera administrativa.

Questão 21 – TRF2ª Região – AJOAF – 2017

O Novo Código de Processo Civil de 2015 (Lei Federal nº 13.105) assegura alguns poderes ao juiz da causa, mas também impõe ao mesmo a observância de uma série de deveres e responsabilidades. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções, no processo em que seja amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.*
- B) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.*
- C) Com esteio nos princípios da cooperação e da não surpresa, o Código de Processo Civil veda a prolação de quaisquer decisões concessivas de tutela da evidência em desfavor de uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.*
- D) Ante a exigência de que todas as decisões sejam fundamentadas, o juiz não mais poderá declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo ou, quando o fizer, deverá necessariamente externar suas razões, sob pena de nulidade do pronunciamento.*

Comentários

O estudo dos poderes, deveres e responsabilidade do juiz é tema sempre importante para provas. Vamos cotejar cada uma das alternativas.

A **alternativa A** está incorreta. Sempre que a questão referir-se a amizade íntima ou inimizade entre as partes, temos hipótese de suspeição (art. 145, I, do NCPC), não de impedimento.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. Note que o legislador trouxe a literalidade do art. 10, do NCPC, que prevê a vedação à decisão surpresa:

Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

A **alternativa C**, por sua vez, está incorreta. Os princípios descritos (cooperação e não-surpresa) evidenciam justamente o contrário, ou seja, o dever de o magistrado cientificar e oportunizar a parte o exercício do contraditório. Embora seja possível a concessão de tutela de evidência *in limine*, não é a regra, muito menos representa o princípio da cooperação e da vedação à decisão surpresa.

A **alternativa D**, por fim, também está incorreta. O princípio da vedação à decisão surpresa não elide a possibilidade auto declaração de suspeição pelo magistrado. Na realidade, o art. 145, do NCPC, prevê essa regra expressamente:

§ 1º Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.

Questão 22 – TRF2ª Região – AJOAF – 2017

Com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105 de 2015) foram introduzidas diversas novidades na sistemática processual civil. Ainda que, em sede executiva, tais alterações tenham sido observadas com menor intensidade, podemos observar algumas mudanças operadas com o propósito de imprimir maior rapidez na perseguição do crédito, tornando tão célere quanto possível a satisfação do credor. Em relação ao processo de execução e à fase de cumprimento de sentença, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Revela-se incabível a apresentação de impugnação no cumprimento provisório da sentença.

B) A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário.

C) O Código de Processo Civil de 2015 permite que o nome do devedor executado seja incluído pelo juiz, a requerimento do exequente, em cadastro de inadimplentes.

D) O crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio, configura título executivo extrajudicial.

Comentários

Vejamos cada uma das alternativas.

A **alternativa A** está incorreta e é o gabarito da questão, pois o art. 520, §1º, prevê expressamente a possibilidade de impugnação à sentença em cumprimento provisório.

A **alternativa B** está correta, pois reproduz exatamente o que prevê o *caput* do art. 517, do NCPC.

A **alternativa C** está correta e de acordo com o art. 782, §3º, do NCPC.

A **alternativa D** está correta e traz justamente o inc. VIII do art. 784 do NCPC.

Questão 24 – TRF2ª Região – AJOAF – 2017

O preparo recursal consiste no pagamento das despesas relacionadas ao processamento do recurso. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Prevê o Código de Processo Civil de 2015 que fica dispensado o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.

B) A insuficiência no valor do preparo não implicará a imediata deserção do recurso. Deve o recorrente ser intimado na pessoa de seu advogado para suprir o preparo no prazo de cinco dias.

C) Segundo entendimento adotado pela 2ª Seção do STJ no EAREsp 423.679-SC, o pagamento do preparo recursal pode ser comprovado por intermédio de recibo extraído da Internet, desde que esse meio de constatação de quitação possibilite a aferição da regularidade do recolhimento.

D) O indeferimento do benefício da gratuidade de justiça por meio de decisão interlocutória desafia a interposição do recurso de agravo de instrumento, sendo imprescindível que o recorrente demonstre o prévio recolhimento de custas recursais para que tal agravo possa ser analisado pelo relator e submetido a posterior julgamento.

Comentários

Vejamos cada uma das alternativas.

A **alternativa A** está correta, pois é justamente isso que prevê o art. 1.007, §3º, do NCPC.

A **alternativa B** está correta. Ao contrário do que tínhamos no CPC73, caso haja alguma irregularidade procedimental, tal como a insuficiência no preparo somente levará à deserção, caso o recorrente, após intimado, não providenciar o recolhimento em dobro ou a complementação.

A **alternativa C** está correta. Vide ementa do referido julgado¹:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PORTE DE REMESSA E RETORNO. RECOLHIMENTO VIA INTERNET. RECIBO EXTRAÍDO DA INTERNET. POSSIBILIDADE. AMPLA UTILIZAÇÃO DE MEIO ELETRÔNICO NA VIDA MODERNA. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA CONHECIDOS E PROVIDOS.

1. Admite-se o recolhimento e a comprovação do preparo processual realizados pela Internet, desde que possível, por esse meio, aferir a regularidade do pagamento das custas processuais e do porte de remessa e de retorno.

2. A guia eletrônica de pagamento via Internet constitui meio idôneo à comprovação do recolhimento do preparo, desde que preenchida com a observância dos requisitos regulamentares, permitindo-se ao interessado a impugnação fundamentada.

3. Embargos de divergência conhecidos e providos para afastar a deserção.

¹ EAREsp 423.679/SC, Rel. Min. Raul Araújo, 2ª Turma, DJe 03/08/2015.

A **alternativa D** está incorreta e é o gabarito da questão. De acordo com o art. 1.015, V, do NCPC, cabe recurso de agravo de instrumento de decisão que rejeitar o pedido de gratuidade da justiça ou o acolhimento de pedido de sua revogação. Essa espécie de recurso gera custas que ficarão suspensas até decisão do relator sobre a questão em sede preliminar, conforme prevê expressamente o art. 101, §1º, do NCPC.

Questão 24 – TRF2ª Região – AJOAF – 2017

Para que um recurso seja conhecido, é indispensável o preenchimento de requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade. Um destes requisitos, aplicável a todo e qualquer recurso, é a tempestividade, ou seja, a necessidade de sua interposição dentro do prazo fixado em lei. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

I. A prorrogação para o dia útil seguinte em razão do encerramento prematuro do expediente forense aplica-se apenas em relação ao dies ad quem (dia do vencimento) do prazo recursal, não se aplicando para o dies a quo (dia do início).

II. A interposição de recurso de embargos de declaração, mesmo antes da publicação da sentença ou do acórdão embargado, é considerada tempestiva, bastando que a parte tome conhecimento do teor da decisão e entenda ter havido omissão, obscuridade, contradição ou erro material.

III. Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II e III.

B) I e II, apenas.

C) I e III, apenas.

D) II e III, apenas.

Comentários

A questão envolve três pontos importantes relativos aos prazos processuais.

O item I está incorreto, pois a prorrogação do prazo caso se inicie ou termine em dia não último ocorre tanto para o dia do início como para o dia do vencimento. Assim, um prazo não poderá iniciar em final de semana. Do mesmo modo não poderá finir em feriados. Em ambos os casos temos a prorrogação para o próximo dia útil seguinte.

O item II está correto, pois, de acordo com o art. 218, §4º, o recurso prematuro é considerado tempestivo, regra que se aplica ao recurso de embargos de declaração.

O item III está correto e reproduz exatamente o teor do art. 1.024, §5º, do NCPC:

§ 5º Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação.

Desse modo, a **alternativa D** é a correta e gabarito da questão.